

Osmar Marcello Junior

ANÁLISE
ECONÔMICA
DA GRATUIDADE
PROCESSUAL
E DE SEUS
IMPACTOS NA
ESTRUTURA DE
INCENTIVOS À
LITIGÂNCIA

Editora Lumen Juris

Rio de Janeiro

2024

Copyright © 2024 by Osmar Marcello Junior

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

M314a

Marcello Junior, Osmar

Análise econômica da gratuidade processual e de seus impactos na estrutura de incentivos à litigância / Osmar Marcello Junior. – 1. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2024.

194 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2840-0

1. Acesso à justiça. 2. Litigância. 3. Gratuidade processual.
4. Incentivo. 5. Direito e economia. I. Título.

CDD 343.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução	1
1 Acesso à Justiça: Breves Considerações	11
1.1 Acepção do <i>acesso à Justiça</i> no Estado Democrático de Direito	11
1.2 Mecanismos de universalização de acesso à Justiça.....	13
1.3 A judicialização massificada e mecanismos de <i>acesso à Justiça</i>	16
1.4 Os potenciais impactos da <i>gratuidade processual</i> no sistema de Justiça	18
2 A Gratuidade Processual sob a Perspectiva Dogmática e Jurisprudencial	23
2.1 O acesso à Justiça como <i>direito condição</i> ao pleno exercício da cidadania	23
2.2 Assistência jurídica integral, assistência judiciária gratuita e gratuidade processual	27
2.3 A <i>gratuidade processual</i> : considerações preambulares... 31	
2.3.1 Gratuidade processual no CPC/2015.....	32
2.3.1.1 Destinatários, presunção de hipossuficiência e conseqüências.....	33
2.3.1.2 Os juridicamente necessitados e a insuficiência de recursos.....	38

2.3.1.3 Insuficiência econômica e insuficiência financeira....	40
2.3.1.4 O que caracterizaria a <i>insuficiência de recursos</i> ? ...	44
2.3.1.6 Condição suspensiva de exigibilidade (art.98, §3º, CPC/2015)	57
2.3.1.7 Modulação da gratuidade processual (art.98, §§5º e 6º, CPC/2015).....	58
2.3.1.8 Multa por má-fé na formulação do pleito (art. 100, § único, do CPC/2015)	60
3 A Gratuidade Processual sob a Perspectiva Econômica	65
3.1 Considerações iniciais.....	65
3.2 O que é a Análise Econômica do Direito?.....	65
3.3 Os postulados da Análise Econômica do Direito	69
3.3.1 A escassez.....	70
3.3.1.1 A prestação jurisdicional como <i>bem comum</i> , finito e sujeito à exaustão.....	70
3.3.2 A escolha racional	78
3.3.3 Incentivos	81
3.3.4 Eficiência.....	83
3.3.5 O Mercado e o Equilíbrio.....	87
3.4 A gratuidade processual sob a ótica da Análise Econômica do Litígio	89

4 Análise da Concessão da Gratuidade Processual no Âmbito do Tribunal de Justiça de São Paulo	99
4.1 Metodologia empregada para levantamento dos julgados	99
4.2 Parâmetros utilizados à colheita e compilação dos dados....	106
4.3 Estruturação dos questionamentos e dos parâmetros de análise correlatos.....	111
4.4 Da exposição dos resultados da pesquisa.....	117
4.4.1 Dos resultados referentes aos questionamentos principais	117
4.4.2 Dos resultados referentes aos questionamentos secundários.....	131
5 Sugestões para o Aperfeiçoamento do Sistema	135
5.1 Considerações iniciais.....	135
5.2 Formulação infundada de pedidos de concessão da gratuidade.....	139
5.2.1 A multa prevista no art. 100, parágrafo único, do CPC/2015	141
5.2.2 Da “criminalização” da (deliberadamente) falsa alegação de insuficiência de recursos.....	146
5.3 Modulação da gratuidade processual.....	146
5.4 Estabelecimento de limite máximo de renda como critério objetivo presuntivo da incapacidade financeira ...	150
6 Considerações Finais.....	155
Referências Bibliográficas.....	159